

# Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda. São Francisco

CNPJ: 19.650.094/0001-72

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Com relatório do auditor independente

**Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.**

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras .....	3
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	6
Demonstração do resultado.....	7
Demonstração do resultado abrangente .....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da

**Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda. – CGFSF**

São Paulo - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda. – CGFSF (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda. - CGFSF em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos – exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 01 de junho de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6-F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo

Contador CRC RJ-092563/O-1

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>Notas</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b> (Não auditado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	<b>4</b>	<b>245</b>	407
Contas a receber de arrendamento	<b>5</b>	<b>10.511</b>	3.073
Outros tributos compensáveis		<b>1</b>	1
Outros créditos	<b>6</b>	<b>3.315</b>	-
Total do ativo circulante		<b>14.072</b>	3.481
Não circulante			
Contas a receber de arrendamento	<b>5</b>	<b>62.943</b>	41.557
Imobilizado	<b>7</b>	<b>60.653</b>	34.099
Total do ativo não circulante		<b>123.596</b>	75.656
Total do ativo		<b>137.668</b>	79.137
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	<b>8</b>	<b>6.778</b>	15
Empréstimos com partes relacionadas	<b>15</b>	<b>23</b>	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar		<b>22</b>	72
Outras obrigações fiscais		<b>59</b>	23
Total do passivo circulante		<b>6.882</b>	110
Não circulante			
Outras obrigações fiscais		<b>3</b>	-
Provisão para desmantelamento	<b>9</b>	<b>683</b>	322
Total do passivo não circulante		<b>686</b>	322
Patrimônio líquido	<b>10</b>		
Capital social		<b>113.749</b>	74.549
Capital social a integralizar		<b>(16.809)</b>	(21.029)
Reserva legal		<b>1.611</b>	1.259
Reservas de lucros		<b>30.617</b>	23.926
Outros resultados abrangentes		<b>932</b>	-
Total do patrimônio líquido		<b>130.100</b>	78.705
Total do passivo e patrimônio líquido		<b>137.668</b>	79.137

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	<u>Notas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u> (Não auditado)
Receita líquida	<b>11</b>	<b>37.999</b>	45.642
Custo do serviço	<b>12</b>	<b>(21.589)</b>	(18.740)
Lucro bruto		<u><b>16.410</b></u>	<u>26.902</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	<b>12</b>	<b>(477)</b>	(466)
Provisão para perda ao valor recuperável	<b>12</b>	<b>(12.461)</b>	(1.192)
Total das despesas operacionais		<u><b>(12.938)</b></u>	<u>(1.658)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		<b>3.472</b>	25.244
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	<b>13</b>	<b>3.670</b>	993
Despesas financeiras	<b>13</b>	<b>(27)</b>	(3)
		<u><b>3.643</b></u>	<u>990</u>
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		<b>7.115</b>	26.234
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	<b>14</b>	<b>(72)</b>	(136)
Lucro líquido do exercício		<u><b>7.043</b></u>	<u>26.098</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<b>2021</b>	2020 (Não auditado)
Lucro do exercício	<u>7.043</u>	<u>26.098</u>
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	1.412	-
Imposto diferido sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	(480)	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<u><u>7.975</u></u>	<u><u>26.098</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Outros resultados abrangentes	Total
	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros (prejuízos) acumulados		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)</b>	11.688	-	-	-	(913)	-	10.775
Subscrição de capital	62.861	(62.861)	-	-	-	-	-
Integralização de capital	-	41.832	-	-	-	-	41.832
Lucro do exercício	-	-	-	-	26.098	-	26.098
Reserva legal	-	-	1.259	-	(1.259)	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	23.926	(23.926)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Não auditado)</b>	74.549	(21.029)	1.259	23.926	-	-	78.705
Aumento de capital	39.200	-	-	-	-	-	39.200
Integralização de capital	-	4.220	-	-	-	-	4.220
Lucro do exercício	-	-	-	-	7.043	-	7.043
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	1.412	1.412
Tributos diferidos sobre perda instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	(480)	(480)
Reserva legal	-	-	352	-	(352)	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	6.691	(6.691)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	113.749	(16.809)	1.611	30.617	-	932	130.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2021	2020 (Não auditado)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro do exercício	7.043	26.098
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>		
Imposto de renda e contribuição social correntes	72	136
Provisão para perda ao valor recuperável	12.461	(1.192)
Receita de arrendamentos	(37.454)	(44.913)
Custo de arrendamento financeiro	21.040	18.667
Atualização financeira de contas a receber de arrendamentos	(3.668)	(787)
Atualização financeira desmantelamento	25	
Depreciação e amortização	383	464
Baixa de imobilizado	2.325	-
Instrumentos financeiros derivativos	932	-
	<b>3.159</b>	<b>(1.527)</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais:</b>		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(21.203)	2.262
Outros tributos compensáveis	-	(1)
Outros créditos	(3.315)	-
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>		
Fornecedores	6.763	15
Impostos, taxas e contribuições a recolher	38	26
Provisão para desmantelamento	336	-
	<b>(14.222)</b>	<b>775</b>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(121)	(67)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>(14.343)</b>	<b>708</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição para o ativo intangíveis e imobilizado	(29.262)	(23.466)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</b>	<b>(29.262)</b>	<b>(23.466)</b>
<b>Fluxo de caixa nas atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital	39.200	23.165
Integralização de capital	4.220	-
Captação de empréstimos com partes relacionadas	23	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>43.443</b>	<b>23.165</b>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(162)	407
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	407	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<b>245</b>	<b>407</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional

---

A Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda. (“CGFSF” ou “Companhia”) é uma sociedade empresarial limitada de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP, tem como objeto social de atividades de locação e gestão de equipamentos para produção de energia elétrica de origem solar, eficiência energética, infraestrutura elétrica e outros, bem como as atividades de operação e manutenção desses ativos.

Durante o ano de 2021, a Companhia focou sua atuação na seguinte linha de negócio e produto:

- E-Industries (clientes corporativos e institucionais): principalmente focada em geração distribuída com auto consumo remoto: focada no cliente preocupado com a sustentabilidade e com políticas ambientais não intensivas em energia através de aluguel de painéis solares ligados no sistema elétrico.

#### 1.1. Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

##### **Pessoas e sociedade**

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, a Companhia providenciou e disponibilizou, para cada profissional, equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por Covid-19. Não obstante, os benefícios de saúde disponibilizados desde o início da pandemia, como por exemplo, apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por Covid-19, serão mantidos.

Desde a adoção mais ampliada do trabalho remoto, intensificada após o início da pandemia, a nova forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só é possível pelos constantes investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Companhia. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para expansão da prática do trabalho remoto.

##### **Monitoramento e plano estratégico**

A Companhia tem realizado acompanhamento constante relacionado à estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como à lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também, demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da Covid-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Companhia continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

##### **Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa**

A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes da pandemia e seus reflexos sobre a PECLD. Este acompanhamento, inclui, dentre outras ações, a adoção de premissas que melhor reflitam a estimativa de perdas esperadas como resultado das limitações estabelecidas pela resolução normativa nº 928 emitida pela ANEEL em 26 março de 2021 (que foi prorrogada pela resolução normativa nº 936 emitida pela ANEEL em 15 de junho de 2021), que determinava a impossibilidade de corte por inadimplência para classes de consumos específicas (por exemplo: consumidores classificados como baixa renda e serviços essenciais) até 31 de dezembro de 2021. Com base na resolução acima, a provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, tal estimativa é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações financeiras e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores, vide nota explicativa nº 5. Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

### 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

---

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 01 de junho de 2022, a Diretoria autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras.

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo, quando tais avaliações são exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

### 2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

#### (a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

#### (b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

## 3. Principais políticas contábeis, estimativas e julgamentos

---

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

### 3.1. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A aplicação inicial da norma ocorreu em 1º de janeiro de 2018. A norma estabeleceu um modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes,

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca dos bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

### a) Receita de serviço

A receita com venda de serviços corresponde ao aluguel de painéis solares ligados no sistema elétrico.

As receitas de serviços são reconhecidas à medida que as obrigações de performances determinadas em contrato são transferidas ao cliente e a possibilidade do recebimento da contraprestação financeira for provável.

### b) Receita de arrendamento

As receitas com arrendamento são desempenhadas pela Companhia e são oriundas do aluguel de plantas de geração de energia fotovoltaicas. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos, tais arrendamentos são classificados como arrendamentos financeiros os contratos que apresentam as seguintes características (i) o valor presente dos fluxos de caixa futuros é superior ao custo do ativo, (ii) o prazo do arrendamento cobre substancialmente toda a vida útil das plantas solares e (iii) os riscos e benefícios da planta são substancialmente transferidos ao arrendatário com base nos termos contratuais.

A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear durante todo o período do arrendamento e é incluída na receita da demonstração do resultado devido à sua natureza operacional.

### c) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

## 3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. A companhia inicialmente mensura seus ativos financeiros ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, este deve gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Os demais ativos que, não estejam estritamente relacionados a pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A classificação dos passivos financeiros no reconhecimento inicial é realizada ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumento de proteção.

Todos os passivos são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, subsequentemente, são classificados em duas categorias: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e Passivos financeiros ao custo amortizado.

### a) Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros

A Companhia adotou o CPC 48, e seus ativos foram mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

#### Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

#### Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença reconhecida nos correspondentes valores contábeis na demonstração do resultado.

#### Redução do valor recuperável de ativos financeiros e ativos contratuais

O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes. Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

#### Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (uso de estimativas)

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos, bem como, a expectativa de perda futura utilizando como base

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

probabilidade de perda determinada individualmente e coletivamente, os modelos utilizados atendem à abordagem geral e simplificada estabelecida pelo CPC 48.

A Administração determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“Expected Credit Losses – ECL”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“Probability of Default – PD”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“Loss given default – LGD”), os percentuais de perda esperada de crédito ora aplicados aumentam a medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

### Instrumentos financeiros, apresentação líquida

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

### Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge designado e qualificado como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta de ajustes de avaliação patrimonial, enquanto a parcela não efetiva é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado como derivativos.

Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na Demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima.

### **3.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

### 3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa se referem aos recursos mantidos em caixa e em conta corrente com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

### 3.5. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com serviços prestados e aluguéis, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

### 3.6. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

### 3.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se a taxa de 32%. Depois de determinado o valor, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Para o cálculo do imposto de renda são aplicadas as seguintes alíquotas sobre a base apurada:

- a) 15% de imposto de renda sobre o total da base de cálculo;
- b) 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 240, ou no caso de início ou encerramento de atividades durante o exercício, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Para o cálculo da contribuição social aplica-se a alíquota de 9% sobre a base de cálculo apurada anteriormente.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

### 3.8. Provisão para desmantelamento

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

### 3.9. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o mesmo é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

#### A Companhia como arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento mensurados pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

### 3.10. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 estão evidenciadas a seguir:

#### (a) Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:

- A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

#### b) Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidência e instrumentos financeiros

Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que resultou na alteração do CPF 40 e CPC 48. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência.

A Companhia não possui transações sujeitas à taxa variável vinculada à LIBOR.

A Companhia avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos e alterados até 31 de dezembro de 2021, efetivos ou não para o exercício a que essa demonstração financeira se refere e não identificou qualquer impacto material para suas demonstrações contábeis.

### 3.11. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia no Brasil, foram avaliadas. Se aplicável aos negócios da Companhia e suas subsidiárias, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 15 – Combinação de Negócios	Referência à Estrutura Conceitual e aplicações de escopo quanto ao CPC 25 e ICPC 19	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover guidance sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC

### 3.12. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

#### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

### Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais estimativas e julgamentos presentes nas demonstrações financeiras são: perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) e provisões para desmantelamento.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Não auditado)
Caixa e contas correntes bancárias	<b>245</b>	407
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>245</b>	407

## 5. Contas a receber de arrendamento

A Companhia celebrou contratos de arrendamento financeiro na qualidade de arrendador para determinados plantas de geração de energia. O prazo médio de arrendamentos financeiros celebrados é de 19 anos. A Companhia reconhece o valor do contas a receber no momento inicial do contrato de arrendamento trazidos a valor presente e, posteriormente, reconhece mensalmente a atualização financeira.

	<u>A vencer</u>	<u>Vencidos até 90 dias</u>	<u>Vencidos há mais de 90 dias</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Não auditado)
Recebíveis de arrendamento financeiro	<b>82.545</b>	<b>640</b>	<b>3.922</b>	<b>87.107</b>	45.822
	<b>82.545</b>	<b>640</b>	<b>3.922</b>	<b>87.107</b>	45.822
Provisão para perda ao valor recuperável	<b>(11.130)</b>	<b>(338)</b>	<b>(2.185)</b>	<b>(13.653)</b>	(1.192)
	<b>71.415</b>	<b>302</b>	<b>1.737</b>	<b>73.454</b>	44.630
Circulante				<b>10.511</b>	3.073
Não circulante				<b>62.943</b>	41.557

A Companhia estima a provisão para perdas sobre valores a receber de arrendamento financeiro no encerramento do exercício em um valor correspondente à provisão para perdas de crédito esperadas (PCE)

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

durante a vida útil. A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa encontra-se disposta a seguir:

	31/12/2020 (Não auditado)	<b>Adição</b>	<b>31/12/2021</b>
Provisão para perda ao valor recuperável	(1.192)	<b>(12.461)</b>	<b>(13.653)</b>
	<u>(1.192)</u>	<u><b>(12.461)</b></u>	<u><b>(13.653)</b></u>

### 6. Outros créditos

	<b>31/12/2021</b>	31/12/2020 (Não auditado)
Adiantamento a fornecedores	<b>3.315</b>	-
<b>Total</b>	<b>3.315</b>	-

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**7. Imobilizado**

A movimentação do imobilizado está demonstrada como segue:

	Taxa de depreciação média (%) a.a.	31/12/2020	31/12/2021			
		(Não auditado)	Adição	Depreciação	Baixa	Valor líquido
		Valor líquido				Valor líquido
Máquinas e Equipamentos	4%	10.929	-	-	(2.671)	8.258
		10.929	-	-	(2.671)	8.258
<b>Depreciação acumulada em serviço</b>						
Máquinas e Equipamentos		(617)	-	(383)	346	(654)
		(617)	-	(383)	346	(654)
<b>Em curso</b>						
Máquinas e Equipamentos		23.787	29.262	-	-	53.049
		23.787	29.262	-	-	53.049
<b>Total do imobilizado</b>		34.099	29.262	(383)	(2.325)	60.653

	Taxa de depreciação média (%) a.a.	31/12/2019	31/12/2020		
		(Não auditado)	Adição	Depreciação	Valor líquido
		Valor líquido			Valor líquido
Máquinas e Equipamentos	4%	10.929	-	-	10.929
		10.929	-	-	10.929
<b>Depreciação acumulada em serviço</b>					
Máquinas e Equipamentos		(154)	-	(463)	(617)
		(154)	-	(463)	(617)
<b>Em curso</b>					
Máquinas e Equipamentos		-	23.787	-	23.787
		-	23.787	-	23.787
<b>Total do imobilizado</b>		10.775	23.787	(463)	34.099

A Companhia apresenta adição de máquinas e equipamentos no exercício de 2021 no montante de R\$ 29.262 (R\$ 23,787 em 2020) devido aos projetos de energia solar que estão em andamento.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**8. Fornecedores**

	<b>31/12/2021</b>	31/12/2020 (Não auditado)
Materiais e serviços	<b>6.778</b>	15
<b>Total</b>	<b>6.778</b>	15

**9. Provisão para desmantelamento**

	<b>31/12/2021</b>	31/12/2020 (Não auditado)
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>322</b>	-
Adição	<b>336</b>	322
Atualização financeira	<b>25</b>	-
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>683</b>	322

**10. Patrimônio líquido**
**(a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 113.749 (R\$ 74.549 em 2020 – não auditado), dividido em 113.749.250 quotas (74.549.250 quotas em 2020), com o preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada, com a seguinte composição:

Acionista	<b>31/12/2021</b>		31/12/2020 (Não auditado)	
	<b>Quantidade de quotas</b>	<b>Participação no capital (%)</b>	<b>Quantidade de quotas</b>	<b>Participação no capital (%)</b>
Enel X Brasil S.A.	<b>113.749.249</b>	<b>99,9999991%</b>	74.549.249	99,9999987%
Enel Brasil S.A.	<b>1</b>	<b>0,0000009%</b>	1	0,0000013%
<b>Total</b>	<b>113.749.250</b>	<b>100,0000000%</b>	74.549.250	100,0000000%

Em 28 de outubro de 2021, através da 9ª alteração do contrato social da Companhia foi aprovado o seu aumento de capital social de R\$ 74.549 para R\$ 113.749, sendo o referido aumento no valor de R\$ 39.200, mediante a emissão de 39.200.000 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ R\$ 1,00 (um real), subscritas pela acionista Enel X Brasil S.A.

**(b) Reserva legal**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia constituiu reserva legal através da dedução de 5% do lucro líquido dos exercícios, nos montantes de R\$ 792 e R\$ 1.259, respectivamente.

**(c) Destinação de resultado**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os lucros apurados serão distribuídos de forma proporcional ou não ao capital social, conforme determinado pelos sócios quotistas representando a maioria do capital social da Companhia ou levados a conta de reserva de lucros. Não haverá dividendo obrigatório, nem qualquer limite à retenção de lucros, devendo a conveniência e o momento da distribuição de lucros serem livremente determinados pelos sócios quotistas detentores de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social.

	<b>31/12/2021</b>	31/12/2020 (Não auditado)
Lucro líquido do exercício	<b>7.043</b>	26.098
Absorção de prejuízo	-	(913)
(-) Reserva Legal	<b>(352)</b>	(1.259)
Prejuízo líquido ajustado	<b>6.691</b>	23.926
Retenção de Lucros - Reserva para reforço de capital de giro	<b>6.691</b>	23.926

**11. Receita operacional líquida**

	<b>2021</b>	2020 (Não auditado)
Receita de serviços	<b>449</b>	111
Receita de aluguel	<b>127</b>	650
Receita de arrendamento financeiro	<b>37.455</b>	44.913
<b>Total da receita operacional bruta</b>	<b>38.031</b>	45.674
(-) Deduções da receita		
COFINS	<b>(6)</b>	(26)
PIS	<b>(26)</b>	(6)
<b>Total de deduções de receita</b>	<b>(32)</b>	(32)
<b>Total</b>	<b>37.999</b>	45.642

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Custos e despesas operacionais

	2021				2020 (Não auditado)			
	Custo do Serviço	Despesas gerais e administrativas	Provisão para perda ao valor recuperável	Total	Custo do Serviço	Despesas gerais e administrativas	Provisão para perda ao valor recuperável	Total
Provisão para perda ao valor recuperável	-	-	(12.461)	(12.461)	-	-	(1.192)	(1.192)
Custo de venda - ativos subjacentes (contratos de arrendamento)	(21.040)	-	-	(21.040)	(18.667)	-	-	(18.667)
Serviços de terceiros	(527)	-	-	(527)	(72)	-	-	(72)
Depreciação e amortização	-	(383)	-	(383)	-	(463)	-	(463)
Outras despesas	(22)	(94)	-	(116)	(1)	(3)	-	(4)
<b>Total</b>	<b>(21.589)</b>	<b>(477)</b>	<b>(12.461)</b>	<b>(34.527)</b>	<b>(18.740)</b>	<b>(466)</b>	<b>(1.192)</b>	<b>(20.398)</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Resultado financeiro

	2021	2020 (Não auditado)
Receitas financeiras		
Renda com derivativos	-	206
Atualização de contas a receber de arrendamento	3.668	787
Outras receitas financeiras	2	-
Total das receitas financeiras	<u>3.670</u>	<u>993</u>
Despesas financeiras		
Atualização de impostos e multas	-	(3)
Atualização financeira desmantelamento	(25)	-
Outras despesas financeiras	(2)	-
Total das despesas financeiras	<u>(27)</u>	<u>(3)</u>
Total	<u>3.643</u>	<u>990</u>

### 14. Imposto de renda e contribuição social

	2021	2020 (Não auditado)
Receita de serviços	738	111
Receita de aluguel	127	650
Outras receitas	2	-
Base de cálculo presumida do Imposto de Renda (32%)	277	244
Renda com derivativos	-	-
Outras receitas	2	206
Total base de cálculo	<u>279</u>	<u>450</u>
Alíquota do imposto de renda (15%)	(42)	(68)
Alíquota do imposto de renda (10%), deduzido do limite do adicional	(5)	(27)
Total do imposto de renda	<u>(47)</u>	<u>(95)</u>
Base de cálculo presumida da contribuição social (32%)	277	244
Renda com derivativos	-	-
Outras receitas	2	206
Total base de cálculo	<u>279</u>	<u>450</u>
Alíquota da contribuição social (9%)	(25)	(41)
Total da contribuição social	<u>(25)</u>	<u>(41)</u>
Total imposto de renda e contribuição social debitados no resultado	<u>(72)</u>	<u>(136)</u>
Alíquota efetiva	25,81%	30,22%

### 15. Partes relacionadas

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Natureza da transação	Parte relacionada	Vigência	31/12/2021	2021
			Passivo circulante	Receita (Despesa)
Mútuo	Enel X Brasil S.A.	Julho de 2021 a Julho/2022	23	(1)
<b>Total de partes relacionadas</b>			<b>23</b>	<b>(1)</b>

## 16. Objetivos e políticas para a gestão de riscos financeiros

### Considerações gerais

A Companhia e suas controladas possuem políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantêm sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorarem os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

### 13.1 Instrumentos financeiros

#### Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

Ativo	Categoria	Nível	31/12/2021		31/12/2020	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	245	245	407	407
Contas a receber de arrendamento	Custo amortizado	2	73.454	73.454	44.630	44.630
<b>Passivo</b>						
Fornecedores	Custo amortizado	2	6.778	6.778	15	15
Empréstimos com partes relacionadas	Custo amortizado	2	23	23	-	-

Para as rubricas apresentadas acima, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

#### Hierarquia do valor justo

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

### 13.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da  *Holding*  (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas, etc., que serão aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos afirmações.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro de cada Empresa, que é revisada e aprovada no início de cada ano pelo Conselho de Administração, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Cabe destacar que, a política de controle e gestão de riscos complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro e política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros).

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, *compliance*, operacional, e 37 sub-categorias de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar seus riscos:

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

### **Estrutura de gerenciamento de riscos**

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de  *Holding*; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de risco do Grupo Enel considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócios e controles internos são a primeira linha de defesa, a área de gestão de riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de gestão de riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e *Risk Owners* como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina também é responsável pelo tratamento e adoção de medidas de controle e mitigação de riscos.

### Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia se encontra exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios da Companhia e podem ser assim resumidos:

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e depósitos em bancos e instituições financeiras. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista a política de cobrança e negociação com os seus clientes, sendo o principal cliente parte relacionada, bem como pela política de gerenciamento financeiro administrado pela tesouraria da Companhia. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados na Nota 5.

a) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A estrutura de capital encontra-se demonstrada no quadro abaixo:

	<u>31/12/2021</u>
Dívida financeira	23
Caixa e equivalente de caixa + títulos e valores mobiliários	<u>(245)</u>
Dívida líquida (a)	<u>(222)</u>
Patrimônio líquido (b)	<u>138.891</u>
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	<u><u>-0,16%</u></u>

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros de passivos financeiros da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	<u>De três meses a</u>	
	<u>um ano</u>	<u>Total</u>
31 de dezembro de 2021		
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	<u>25</u>	<u>25</u>
	<u>25</u>	<u>25</u>

### Instrumento financeiro derivativo

A estimativa do valor de mercado das operações de derivativos é elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros descontados a valor presente pela curva futura do DI, apresentadas pela B3 (anteriormente denominada BM&FBOVESPA) na posição de 31 de dezembro de 2021.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia realiza instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção de CAPEX em moeda estrangeira e/ou proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possuía instrumentos de derivativos vigentes, todas as NDFs realizadas em 2021 se realizaram dentro do período.

A movimentação dessas operações no período é demonstrada abaixo:

	<b>NDF</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-
Marcação a mercado no patrimônio líquido	<b>(932)</b>
Liquidações	<b>932</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-

### 17. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

<b>Riscos</b>	<b>Data de vigência</b>		<b>Importância Segurada</b>	<b>Limite máximo de indenização</b>
	<b>De</b>	<b>Até</b>		
Riscos operacionais	31/10/2021	31/10/2022	488	6.569.700